



José Gabriel Ávila*

Da SATA e da ilha do Pico

1.- Em plena época natalícia o cidadão comum é surpreendido com notícias pouco encorajadoras sobre o grupo SATA.

Esta semana o DA anunciou que o executivo quer privatizar mais de 50% do capital da Azores Airlines (mas quanto?) acima dos 20 milhões de euros, assumindo a Região o passivo da empresa que, segundo o jornal, atinge mais de 600 milhões.

O secretismo que rodeia a venda deste bem público, que afeta a vida do Arquipélago, sobretudo das ilhas com ligações diretas ao continente, não é um bom sinal.

Tratando-se de um negócio importante, o Governo Regional devia colocar os partidos parlamentares a par desse dossier, pois a alternância do poder impõe responsabilidades políticas nos desafios do presente e do futuro. E este é, certamente, um dos problemas com maior incidência no bom ou mau desempenho da economia açoriana.

Num recente debate efetuado pela RTP-Açores, foram evidentes as posições antagónicas dos participantes sobre a condução da política aérea açoriana. Há uma perspetiva do negócio que releva no transporte aéreo a qualidade e o preço do serviço prestado e subestima a companhia operadora desse serviço. Mas há quem defenda a manutenção da SATA, custe o que custar, por ser um parceiro importante das orientações políticas e económicas traçadas pelo governo para se atingir o desenvolvimento insular.

Perante isto, é urgente questionar os paradigmas tradicionais do sector dos transportes nos Açores, nas suas diversas vertentes: terrestre, marítima, de cargas e passageiros e aérea, confrontando as praticas existentes com as mais recentes e modernas orientações. Como estão, não respondem às necessidades e ao crescimento desejado.

2.- A abertura do espaço aéreo nos aeroportos de Ponta Delgada e das Lajes, tem proporcionado uma maior oferta de lugares e a redução de tarifas nas ligações com o continente.

Na visita estatutária do Executivo à ilha do Pico, Berta Cabral manifestou a disponibilidade do Governo para se refletir sobre a liberalização das rotas no aeroporto do Pico. É um dado novo que, a ser aceite pelas entidades públicas e privadas e pela população picoinense, altera o paradigma existente de obrigações do serviço público. Tem riscos? Certamente, sobretudo por não se saber se há operadoras fiáveis interessadas no destino, em que moldes o fariam e com que frequências.

O assunto só agora foi levantado, mas terá implicações na gestão da Air Açores, na privatização da Azores Airlines e implicará, certamente, mudanças significativas na política de transporte aéreo no Arquipélago.

A mobilidade é um tema de grande sensibilidade e importância para os picoinenses. Durante décadas, deslocaram-se inter-ilhas em situações muito precárias. Sem portos atracáveis e seguros, sujeitos a viagens em pequenos barcos de madeira por eles construídos, tinham de passar o mar, quando as condições de saúde o exigiam. Essas situações pertencem ao passado.

Ainda hoje, por falta de voos, os picarotos vêem-se impedidos de viajar diretamente para São Miguel ou Terceira para tratamentos hospitalares, sendo obrigados a atravessar o canal para tomar o avião no Faial, com um aeroporto vazio na própria ilha...

As estatísticas de novembro comprovam que a incompreensível diminuição de voos da SATA-Air Açores e da Azores Airlines originou menor tráfego de passageiros e sobretudo grandes constrangimentos. Não se compreende, pois que, quando as forças políticas e representativas locais reclamam o aumento das escalas da SATA, o Governo autorize apenas mais um voo semanal e a partir de janeiro.

A proposta de Berta Cabral, a fazer vencimento no futuro, obrigará o executivo a realizar mais depressa do que desejaria, a tão reivindicada e necessária ampliação do aeroporto para poder receber aeronaves de maior porte. Não está a ser fácil. Há sempre mais um entrave, uma dificuldade, mais um estudo a fazer... adiando uma decisão que parece óbvia e natural.

O Presidente do Governo na visita ao Pico teve a infelicidade de considerar "estúpido" investir elevadas quantias numa obra sem saber se ela traz ou não benefícios. Referia-se à ampliação do aeroporto do Pico, promessa eleitoral dos deputados do PSD. A expressão foi muito mal recebida e contestada localmente.

O aeroporto do Pico tem sofrido grandes vicissitudes desde que foi inaugurado em 25 de abril de 1982. Há quem afirme que por estar muito próximo

do Faial e de este, ter conseguido, finalmente! a ampliação da pista de Castelo Branco.

Oxalá o mesmo aconteça ao aeroporto do Pico, tutelado pela Região. Um novo estudo, a concluir até ao final do ano, ditará se é ou não um investimento "estúpido" e "sustentável". No meio de tantas promessas os picoinenses já não acreditam em quem classifica de "estruturantes" empreendimentos paroquiais que servem para satisfazer clientela e não curam atrasos crónicos indesejáveis.

3.- Há já fortes indícios de que a política aérea regional percorre caminhos diferentes consoante as tutelas.

Berta Cabral não interfere na gestão do aeroporto das Lajes. A infraestrutura é totalmente tutelada por Artur Lima. O Vice-Presidente gere e promove como entende o aeroporto civil, aumenta as instalações com orçamento próprio e tem uma política direccionada para a Terceira. Recentemente anunciou mais voos da TAP para as Lajes, chamando a si o protagonismo da negociação e o benefício político-partidário. A atitude contradiz a tão badalada coesão governativa repetida por J.M. Bolieiro.

Haverá união quando no Parlamento os deputados centristas, despidoramente, relevam as ações dos seus secretários regionais e "esquecem" os "feitos" dos restantes membros do governo?...

Os cidadãos entendem perfeitamente as entrelinhas dos discursos políticos.

4.- Falemos também da saúde.

Ao Governo foi apresentada uma proposta para a criação do centro hospitalar Faial-Pico. Bolieiro aceitou a ideia, mas recordou ser necessário rever o Diploma que estrutura o Serviço Regional de Saúde. Naturalmente!... Mas não é para encontrar respostas adequadas à prestação dos cuidados de saúde que existem o Governo e o Parlamento? Ou o que se pretende é, também neste domínio, manter o "status-quo", não afrontar os interesses instalados e conservar o predomínio das ilhas capitalinas, gerando, nas restantes, migrações internas sem retorno?

Temos de estar dispostos e abertos a mudar tudo o que possa emperrar o nosso processo de desenvolvimento e o bem-estar das populações insulares.

Já aqui o afirmo: os Açores necessitam de, abertamente, trocar experiências com outros povos insulares, com economias e problemas semelhantes a nós, mas souberam superar os "handicaps" da ultraperiferia.

Felizmente, temos açorianos em instituições nacionais e internacionais que nos podem ajudar nessa reflexão. Queiramos nós, os que ficámos, receber esses ensinamentos e adequá-los às nossas singularidades. Se o fizermos, estamos a preparar melhor o presente e o futuro.

